



# 30<sup>º</sup> CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

**Bibliotecas Fortes:  
Sociedade Democrática Recife, PE**

Eixo 6 - O mundo digital: apropriação e desafios

Modalidade: resumo expandido

## **Impactos da pandemia de Covid-19 no ensino superior: reflexões sobre o papel das bibliotecas e das coleções digitais em acesso aberto**

*Impacts of the Covid-19 pandemic on Brazilian higher education: reflections on the role of libraries and open access digital collections*

**Elizimeire Coelho Maros** – Instituição (IFMA)

**Nanci Oddone** – Instituição (UNIRIO)

**Resumo:** A pandemia da COVID-19 ocasionou uma série de desafios globais. A crise na saúde pública internacional exigiu rigorosas recomendações e exigências para a imediata suspensão das atividades presenciais. Instituições de ensino precisaram se adequar e definir estratégias para atender às orientações da OMS, amenizando os danos pedagógicos. No caso das universidades, a continuidade da educação superior exigiu uma transição rápida, mas forçada, na direção do ensino remoto: o fechamento das bibliotecas agravou a situação e as tecnologias eletrônicas tornaram-se indispensáveis. Baseado em revisão da literatura publicada sobre o assunto, espera-se que este estudo contribua para produzir reflexões sobre o papel das bibliotecas universitárias em adquirir e reunir acervos e coleções digitais que atendam aos alunos e aos professores em situações normais ou de emergência.

**Palavras-chave:** Pandemia Covid-19. Ensino superior. Bibliotecas universitárias. Livros digitais. Acesso aberto.

**Abstract:** The COVID-19 pandemic has brought about a series of global challenges. The expansion of the international public health crisis has required strict recommendations and requirements for the immediate suspension of in-person activities. Educational institutions have had to adapt and define strategies to comply with WHO guidelines, mitigating pedagogical damage. In the case of universities, the continuity of higher education has required a rapid but forced transition to remote teaching: the closure of libraries has worsened the situation and electronic technologies have become indispensable. Based on a literature review of published studies about the subject, it is hoped that this study will contribute to reflections on the role of university libraries in acquiring and assembling digital collections and archives that serve students and teachers in normal or emergency situations.

**Keywords:** Covid-19 pandemic. Higher education. University libraries. Digital books. Open access.





## 1 INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, surgiu o primeiro caso clínico da síndrome respiratória aguda grave coronavírus 2 (SARS-CoV-2), denominada COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Devido à rápida propagação do vírus, no dia 11 de março de 2020 a OMS declarou o estado de uma pandemia, reconhecendo a ampla distribuição geográfica da doença.

A pandemia da COVID-19 ocasionou uma série de desafios globais em diversos setores da sociedade e da economia ao redor do mundo. A ampliação da crise na saúde pública internacional exigiu a adaptação das atividades econômicas, políticas, sociais e educacionais, incluindo rigorosas recomendações e exigências para a imediata suspensão das atividades presenciais, que podiam levar à aglomeração dos indivíduos e ao agravamento na transmissão da doença. Como efeito das várias regulações e normativas governamentais sobre a questão, as instituições educacionais públicas e privadas enfrentaram a necessidade de buscar alternativas visando garantir que as práticas escolares não fossem interrompidas. Instituições de ensino de diversas naturezas precisaram se adequar e definir estratégias para atender às orientações da OMS, amenizando os danos pedagógicos (Gusso *et al.*, 2020).

No caso das universidades, alternativas temporárias para a continuidade dos processos de ensino e aprendizagem foram extensamente debatidas para alcançar um consenso mínimo. As tecnologias eletrônicas tornaram-se indispensáveis nesse novo contexto. As atividades e ferramentas de ensino através da internet ganharam espaço na rotina de professores e alunos, permitindo que as aulas e outras atividades didáticas continuassem sendo realizadas. O acesso ao conteúdo curricular foi adaptado para ser disponibilizado através de plataformas tipo Moodle e Google Sala de Aula, assim como a interação entre estudantes e docentes passou a ser viabilizada através de aplicativos de videoconferência, como Meet, Zoom e outros (Santos; Lucas; Santos, 2021).

A necessidade de assegurar o direito à continuidade da educação universitária durante a pandemia promoveu uma transição rápida, mas forçada, na direção do ensino remoto. Esse processo apresentou um sem número de desafios, que começavam pela precariedade de acesso à internet, em especial entre os discentes,



mas incluíam ainda a urgente demanda de capacitação dos docentes para o uso efetivo e eficiente desses novos recursos tecnológicos (Silva; Azevedo, 2022). Um dos aspectos mais expressivos das dificuldades a serem superadas envolveu o fechamento das bibliotecas centrais e setoriais das universidades, também obrigadas a interromper as atividades presenciais de seus profissionais. O panorama da constante escassez de recursos para aquisição de acervos bibliográficos, impressos ou digitais, que desafia as bibliotecas universitárias e se faz presente cotidianamente na vida dos estudantes revelou-se uma grave questão na pandemia. Em geral, embora se esforcem, essas bibliotecas não possuem os meios de oferecer os livros físicos necessários às múltiplas disciplinas de graduação e, quando o fazem, o número de exemplares é insuficiente para todos os alunos matriculados. No caso dos acervos digitais, não existem relatos ou exemplos que evidenciem que os professores conhecem e indicam os mesmos em suas disciplinas, mesmo os que estão disponíveis gratuitamente na web em acesso aberto. Espera-se que este estudo contribua para produzir reflexões sobre o papel das bibliotecas universitárias em adquirir e reunir acervos e coleções digitais que atendam aos alunos e aos professores em situações normais ou de emergência.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A literatura para este estudo foi selecionada a partir do levantamento de documentos científicos que abordassem a utilização do livro acadêmico digital em acesso aberto em um período específico, a pandemia. A busca foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT), na Base de Dados Referenciais em Ciência da Informação (BRAPCI), no Google Acadêmico e em coleções de livros digitais em acesso aberto disponíveis na web, incluindo diversas editoras e repositórios. Os termos utilizados na estratégia de busca das bases foram: livro digital e suas variantes (e-book, livro eletrônico, livro acadêmico digital), acesso aberto, ensino remoto, pandemia, COVID-19, TIC e biblioteca universitária. Os operadores booleanos (AND, NOT, OR) foram aplicados como estratégia de busca para associar os termos e refinar os resultados.



Nos catálogos e bases nacionais que disponibilizam teses e dissertações não foi encontrado nenhum trabalho que fizesse referência ao uso de livros digitais em acesso aberto durante a pandemia. Foram recuperados apenas trabalhos que mencionavam experiências científicas voltadas para o desenvolvimento de livros digitais para o auxílio em aulas de determinadas disciplinas, ou para dar suporte a alunos com deficiência.

O levantamento incorporou também normas publicadas pelo Ministério da Educação que definiam como deveria ocorrer o ensino no Brasil durante a pandemia, assim como documentos produzidos pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil sobre as experiências educacionais e o uso das TICs em universidades e outras instituições escolares durante o período pandêmico. É importante destacar não foi encontrado nenhum estudo de caso ou outro resultado de pesquisa científica que estivesse associado à disponibilização de livros acadêmicos digitais em acesso aberto por parte das bibliotecas durante a pandemia. Foram localizados estudos abordando a oferta de serviços remotos pelas bibliotecas, incluindo aqueles que indicavam bases de dados onde os usuários poderiam encontrar livros gratuitamente. Nenhuma experiência de incorporação desse tipo de coleção aos sistemas da biblioteca foi identificada.

### **3 ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) NO BRASIL**

Frente à pandemia da COVID-19, o Ministério da Saúde, em fevereiro de 2020, acompanhando as orientações da OMS, redigiu o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19 (Brasil, 2020f), que indicava ações e diretrizes para conter o avanço da doença no Brasil, entre as quais era estipulado o isolamento social. Para a implementação do plano de isolamento social, foi publicado um pacote de medidas nas áreas de economia, saúde, segurança e educação.

O Ministério da Educação (MEC), por sua vez, elaborou e publicou normativas a fim de regulamentar e orientar a flexibilização de ações educativas por instituições de ensino no Brasil. Em 11 de março foi instituído o Comitê Operativo de Emergência do MEC (Brasil, 2020a), responsável pela publicação de normas que orientassem o novo *modus operandi*. Em seguida foi publicada a Portaria nº 343/2020 (adiante alterada pelas Portarias nº 345/2020, nº 473/2020 e nº 544/2020), que autorizava a



substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, com exceções para estágios, práticas de laboratório e algumas disciplinas do Curso de Medicina, enquanto durasse a crise da pandemia do novo coronavírus. A Medida Provisória nº 934/2020 (convertida mais tarde na Lei nº 14.040/2020) autorizava a flexibilização dos dias letivos, desde que fosse garantida a carga horária mínima dos cursos e a assistência estudantil para a educação superior (Brasil, 2020b, 2020c, 2020d, 2020e, 2020g, 2020h). Essa legislação permitiu às instituições de ensino superior estabelecer parâmetros a nível local e definir estratégias que facilitassem o ensino em diferentes tempos, espaços e contextos, respeitando o necessário isolamento social.

A adaptação ao ensino remoto não foi fácil, apesar dos esforços empreendidos por instituições, docentes e discentes, que enfrentaram muitos obstáculos, como a falta de acesso à internet de qualidade ou mesmo a ausência dela, a deficiência de equipamentos pessoais e mobiliário doméstico adequados ao estudo e as inerentes dificuldades de ajuste ao novo ambiente virtual. É preciso considerar que embora o ERE possuísse um caráter temporário e fosse mediado pelas tecnologias eletrônicas, era concebido de acordo com os princípios da educação presencial. Ou seja, os estudantes assistiam aulas virtuais nos mesmos dias e horários em que estariam presentes nas instituições de ensino, respeitando o percentual de tempo previsto na normativa institucional e no plano pedagógico do curso (Santos, Lucas, Santos, 2021).

Por conta da legislação publicada, as universidades orientaram a utilização dos recursos online de maneira não planejada, desconsiderando a realidade de estudantes e professores, além dos aspectos econômicos, pedagógicos e tecnológicos envolvidos. Hodges *et al.*, (2020 apud Gusso *et al.*, 2020) julgam que as universidades podem ter falhado em providenciar os recursos tecnológicos aos estudantes e a capacitação aos professores para que tivessem condições de planejar e viabilizar o desenvolvimento e a implementação de um ensino remoto de qualidade. Acredita-se, no entanto, que as universidades, assim como a população em geral e o próprio governo, foram tomados de surpresa frente à emergência pandêmica, resultando na incapacidade de planejar e garantir ações emergenciais integralmente satisfatórias.



#### **4 AS BIBLIOTECAS E AS COLEÇÕES DE LIVROS DIGITAIS EM ACESSO ABERTO**

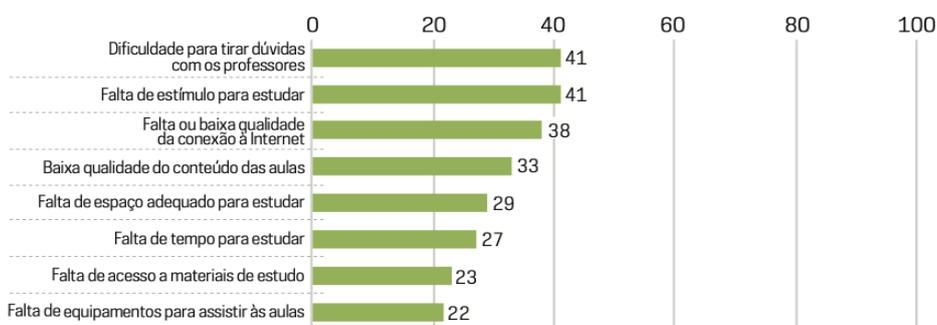
Na situação de crise sanitária e de reais dificuldades financeiras e psicológicas impostas pelo cenário da pandemia à grande maioria da população, o ERE tornou-se a única alternativa viável. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), perto 1,6 bilhão de crianças e jovens matriculados em escolas ou universidades brasileiras foram impedidos de participar das atividades letivas por força do fechamento obrigatório dessas instituições no auge da pandemia, resultando na privação de oportunidades de crescimento e de progresso (Unesco, 2021 *apud* Mendes, 2021). A verdade é que a heterogeneidade de condições vivenciadas pelos estudantes na realização de atividades educacionais e, em especial, as desigualdades de acesso e uso das tecnologias digitais tornaram-se mais evidentes durante o ERE. Segundo o Cetic.br (2022) o acompanhamento das atividades remotas por usuários de Internet que frequentavam escola ou universidade foi maior entre os indivíduos das classes AB (93%) do que entre aqueles das classes C (78%) e DE (77%). Constata-se, portanto, que estudantes de famílias economicamente mais vulneráveis, que não possuíam acesso a aparelhos eletrônicos e conexão à internet de qualidade, acabaram sendo mais prejudicados, acentuando as disparidades existentes no sistema educacional como um todo.

No Brasil, Andreza *et al.* (2020) realizaram pesquisa com uma amostra de 185 graduandos de 11 estados do país para analisar como a educação estava sendo afetada pela pandemia da COVID-19. Os resultados demonstraram que 80% dos respondentes pensavam que as atividades no modelo remoto estavam funcionando, mas que eram necessários ajustes para garantir o acesso de todos. Os pesquisadores classificaram as dificuldades citadas em cinco categorias: dificuldades de ordem pessoal e emocional; volume de atividades exigidas pelos professores; problemas com a disponibilidade e o funcionamento de equipamentos; problemas de acesso à internet e falta de habilidade no uso de tecnologias de informação e comunicação. Apesar dos inúmeros relatos sobre as dificuldades de acesso à internet, dados divulgados pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), coletados na pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros (TIC Domicílios), realizada em 2020, revelaram que a pandemia intensificou

a adoção das tecnologias eletrônicas no Brasil, que chegou a 83% em 2020, enquanto em 2019 apenas 71% dos domicílios tinham acesso à internet (Cetic.br, 2021).

Um fato que não foi descrito diretamente nos resultados das pesquisas sobre as dificuldades enfrentadas durante o período do ERE, mas que impactou negativamente sobre o processo de ensino e aprendizagem dos ambientes acadêmicos, especialmente no Brasil, refere-se à ausência de material de estudo. Em pesquisa realizada com usuários da internet sobre o ensino remoto após os dois primeiros anos da pandemia, o CGI.br afirmou, como se observa na Figura 1, que 23% dos estudantes relataram que a falta de acesso a materiais de estudo foi uma das barreiras enfrentadas para acompanhar as aulas e as atividades remotas (Cetic.br, 2022), certamente em virtude do fechamento das bibliotecas universitárias e da indisponibilidade ou desconhecimento de fontes acadêmicas em formato digital e em acesso aberto. No panorama de restrições e ausência de suporte ao processo de ensino e aprendizagem remoto vivenciados nos dois anos da pandemia (2020 e 2021), embora as bibliotecas universitárias tenham superado expectativas em termos de ação e inovação, estas não bastaram para sanar as grandes disparidades.

**FIGURA 1 BARREIRAS PARA ACOMPANHAMENTO DE AULAS OU ATIVIDADES REMOTAS**  
Total de usuários de Internet com 16 anos ou mais que frequentam escola ou universidade (%)



Fonte: Adaptado de Cetic.br, 2022  
Fonte: (Cetic.br, 2022)

Apesar de revelar dificuldades das mais variadas ordens, os avanços associados à conectividade no período pandêmico sugerem potencial para a utilização de fontes digitais por parte da comunidade acadêmica. No entanto, a escassez de recursos e as dificuldades de contratação de coleções de livros digitais em um momento crítico, fez reacender a necessidade de reflexão, valorização e utilização de publicações científicas disponibilizadas em acesso aberto, que ainda são desconhecidas por muitos docentes e pesquisadores, mesmo na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação.



Pode-se dizer que as bibliotecas universitárias conhecem e divulgam coleções de livros digitais em acesso aberto em todas áreas, embora ainda não exista uma prática consensual e regular de incorporar essas publicações aos catálogos em linha. Tal limitação pode ser evitada se os professores forem capacitados para adotar e divulgar aos seus discentes recursos informacionais para além dos livros impressos, incluindo obras de naturezas distintas, como as coleções e plataformas de livros digitais em acesso aberto. Frente ao novo cenário que o movimento do acesso aberto proporciona aos livros acadêmicos em formato digital, as bibliotecas universitárias devem se posicionar proativamente, como defende Cristóvão Urbano (2018, p. 34):

A orientação das bibliotecas para os serviços não significa abandonar a gestão das coleções, mas definir novas políticas de desenvolvimento que valorizem a desintermediação do acesso a boa parte da informação digital e o avanço em direção ao acesso aberto, ao lado da curadoria dos conteúdos criados dentro da própria instituição para oferecê-los ao exterior na escala da rede.

Segundo Urbano (2018), embora as bibliotecas universitárias historicamente se preocupassem em oferecer acesso a coleções impressas, o surgimento de documentos digitais, sobretudo em acesso aberto, vem evidenciando demandas, serviços, práticas e usuários com necessidades distintas. Devido à redução dos orçamentos ao longo dos anos e a uma palpável diminuição na circulação de livros impressos, os profissionais bibliotecários ganhariam ao levar em consideração novos parâmetros na seleção de títulos a serem adicionados ao acervo e ao se apropriar dos benefícios que o acesso aberto trouxe aos livros digitais, assim como já ocorreu com os periódicos científicos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É possível afirmar que os impactos da pandemia da COVID-19 para a educação superior envolveram consequências como o aumento das disparidades educacionais entre regiões e entre estudantes que tiveram acesso aos meios tecnológicos para estudar remotamente e aqueles que não tiveram. Nesse sentido, a reflexão sugere a necessidade de uma urgente revisão do ensino superior, com o objetivo de atualizar as práticas pedagógicas. A implantação do ERE durante a pandemia revelou as lacunas existentes na experiência educacional de discentes e docentes, especialmente no que se refere às competências e habilidades num ambiente digital que está cada vez mais



avanzado. Independente das dificuldades, a universidade deve manter seu tradicional compromisso com o ensino, a pesquisa, a extensão, a inovação e a responsabilidade social, satisfazendo as expectativas da sociedade e dos seus cidadãos.

Neste processo reflexivo, argumenta-se que o uso do livro acadêmico digital em acesso aberto deve estar inserido nas discussões e nas pesquisas acadêmicas da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Embora este estudo não pretenda fazer previsões com base nos dados apresentados, acredita-se que o livro acadêmico digital fará parte da dinâmica científica de pesquisadores, estudantes, docentes, editores e leitores em geral. Nas palavras de Gutierre (2022): “Qualquer que seja o destino, agruras e glórias, da edição [...] acadêmica, será ele partilhado pelo livro eletrônico”.

### REFERÊNCIAS

ANDREZA, R. S. *et al.* Os impactos da Covid-19 na educação por meio do ensino remoto. **Revista Interfaces**, v. 8, n. 3, p. 630-635, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.16891/2317-434X.v8.e3.a2020.pp630-635>. Acesso em: 1 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 329, de 11 de março de 2020. Institui o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação - COE/MEC, no âmbito do Ministério da Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 49, seção 1, p. 165, 12 mar. 2020a. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-329-de-11-de-marco-de-2020-247539570>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 343, de 17 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 53, seção 1, p. 39, 18 mar. 2020b. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 345, de 19 de março de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. extra, seção 1, p. 1, 19 mar. 2020c. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=603&pagina=1&data=19/03/2020&totalArquivos=1>. Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria n. 473, de 12 de maio de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, seção 1, p. 55, 13 maio 2020d. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso\\_informacao/pdf/POR\\_TARIAN473DE12DEMAIODE2020ProrrogaPrazoCOVID19.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacao/pdf/POR_TARIAN473DE12DEMAIODE2020ProrrogaPrazoCOVID19.pdf). Acesso em: 12 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Portaria nº 544 de 16 de junho de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 114, 17 jun. 2020e. Seção 1, p. 62a.



<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus COVID-19**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020f. E-book. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/plano-contingencia-coronavirus-COVID19.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Atos do Poder Executivo. Medida Provisória n. 934, de 01 de abril de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 63-A, seção 1, p. 1, 01 abr. 2020g. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei 14.040, de 18 de agosto de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed. 159, seção 1, p. 4, 19 ago. 2020h. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Lei/L14040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L14040.htm). Acesso em: 13 jan. 2024.

CETIC.br (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação). Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2020: edição COVID-19**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124200326/tic\\_educacao\\_2020\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124200326/tic_educacao_2020_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 03 jun. 2024.

CETIC.br (Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação). Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. **Painel TIC COVID-19: pesquisa online com usuários da internet no Brasil: cultura, comércio eletrônico, serviços públicos on-line, telessaúde, ensino remoto e teletrabalho**. 4. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20220404170927/painel\\_tic\\_covid19\\_4edicao\\_livro%20eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20220404170927/painel_tic_covid19_4edicao_livro%20eletronico.pdf). Acesso em: 03 jun. 2024.

GUSSO, H. L. *et al.* Ensino superior em tempos de pandemia: diretrizes à gestão universitária. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 41, e238957, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/es.238957>. Acesso em: 04 out. 2024.

GUTIERRE, J. H. B. Os e-books: destino, esperanças e maldições da edição acadêmica. In: ARGOLLO, R. V.; ROSA, F. G. (Orgs). **Editoras universitárias: desafios contemporâneos**. São Paulo: ABEU, 2022. Disponível em: <https://encurtador.com.br/OzZlr>. Acesso em: 03 jun. 2024.

MENDES, V. M. Ensino remoto emergencial: de respostas emergenciais a sistemas educacionais mais abertos, inclusivos e de qualidade. In.: COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL. **Educação e tecnologias digitais: desafios e estratégias para a continuidade da aprendizagem em tempos de COVID-19**. São Paulo: CGI.br, 2021. Disponível em: <https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20211124201927/estudos-setoriais-educacao-e-tecnologias-digitais.pdf>. Acesso em 02 fev.2024.



SANTOS, R. S.; LUCAS, A. C.; SANTOS, J. Desafios da docência no contexto pandêmico. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação - REASE**, São Paulo, v. 7, n. 11, nov. 2021. ISSN 2675-3375. Disponível em:

<https://periodicorease.pro.br/raease/article/view/3133/1256>. Acesso em: 22 jun. 2024.

SILVA, P. L. S.; AZEVEDO, G. X. A transição do ensino presencial para o ensino remoto durante a pandemia de Covid-19. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 7, ed. 11, v. 6, p. 68-91. nov. 2022. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ensino-remoto>. Acesso em: 21 jun. 2024.

URBANO, C. Acesso aberto a livros acadêmicos: o papel das bibliotecas universitárias. In: **Edición académica y difusión: libro abierto en Iberoamérica**. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario; Editorial Comares, 2018. Disponível em: [doi.org/10.12804/th9789587841671.07](https://doi.org/10.12804/th9789587841671.07). Acesso em: 21 jun. 2024.